

# Dois desembargadores, um almoço e a pergunta que ficou

Sérgio Longo 19 de agosto de 2026 ⌚ 6 min de leitura

---

Terça-feira, 12h30, um restaurante dentro de um shopping em Recife. Do lado de fora, a cidade no ritmo normal de um dia útil. Do lado de dentro, uma sala cheia de advogados que já não têm nada a provar, gente estabelecida, com escritório montado e cliente na porta, sentada para almoçar e ouvir dois desembargadores falarem sobre inteligência artificial.

Ajudei o Instituto dos Advogados de Pernambuco a organizar esse encontro, pela Comissão de Direito Digital. O título era "IA e Advocacia: potencializando resultados, preservando o olhar humano", e na mesa estavam o desembargador emérito Jones Figueiredo e o desembargador Alexandre Freire Pimentel. Eu esperava uma conversa técnica. O que aconteceu foi outra coisa, e é sobre isso que quero escrever.

Porque o que ficou daquele almoço não foi nenhuma novidade tecnológica. Foi uma frase, uma pergunta e um pedido.

## "A IA não decide, mas ajuda muito a decidir"

A frase veio da mesa e organizou o resto do debate. Ela parece simples, quase óbvia, e não é.

Repare no que ela separa. De um lado, o trabalho de reunir, comparar, resumir, organizar, encontrar o precedente, ordenar a prova, redigir a primeira versão. Do outro, o ato de decidir, que é escolher um caminho entre vários possíveis e assumir a responsabilidade por essa escolha. A tecnologia hoje é extraordinariamente boa na primeira coluna. Na segunda, ela não entra, e não é uma questão de tempo ou de versão mais nova do modelo.

Outra fala da mesa foi na mesma direção, com palavras mais duras: o domínio cognitivo deve ser sempre do ser humano. Não o domínio operacional, que a máquina pode assumir quase inteiro, mas o cognitivo, o entendimento do que está em jogo. Ceder isso é diferente de ganhar produtividade. É outra coisa, e tem outro nome.

E teve a observação que me pareceu a mais precisa de todas, exatamente por ser a menos jurídica: a IA não entende sentimento. No final, o humano entra no processo para enxergar o resultado com humanidade. Quem advoga sabe que boa parte do que fazemos não cabe na peça. Está na leitura do que o cliente não conseguiu dizer, no cálculo de quando insistir e

quando compor, na percepção de que aquele acordo tecnicamente pior é o desfecho melhor para aquela família. Nada disso é irracional. É informação que a máquina não tem acesso e nem consegue pedir.

## **A pergunta que ficou**

Ao fim, veio da plateia a pergunta que sempre vem, e que ninguém respondeu por completo: qual é o limite de atuação da IA? Até onde podemos deixar automatizar?

Passei os dias seguintes pensando nisso, e cheguei a uma conclusão que é menos confortável do que parece. A pergunta, do jeito que costuma ser feita, não tem resposta, porque procura o limite no lugar errado. Ela pressupõe que existe uma linha objetiva, uma lista de tarefas permitidas e proibidas que alguém, algum dia, vai publicar.

Não existe essa lista. O limite não está na máquina, está em você.

## **O limite não está na máquina**

Proponho um critério prático, que uso e ensino: você pode automatizar até o ponto exato em que ainda consegue explicar, conferir e assumir o resultado.

É um teste, não um princípio abstrato. Se o cliente perguntar como você chegou àquela cláusula, você sabe responder? Se o juiz questionar aquele precedente, você leu o acórdão inteiro ou confiou na ementa que apareceu na tela? Se a seccional pedir explicações, existe registro de como aquela peça foi construída? Enquanto a resposta for sim, automatize à vontade, porque ali você está usando a ferramenta. Quando a resposta virar não, você não automatizou nada, apenas delegou o seu nome para um sistema que não pode ser responsabilizado por ele.

Isso reposiciona a discussão inteira. O limite deixa de ser uma linha fixa no mundo e passa a ser uma função da sua competência e do seu método. Um advogado que domina o tema pode automatizar muito mais do que um advogado que não domina, com muito menos risco, porque ele consegue revisar. O mesmo prompt, na mão de duas pessoas diferentes, produz um ganho de tempo para uma e um passivo para a outra.

## **O pedido que veio depois**

Terminada a palestra, veio a parte mais reveladora do evento. Praticamente todos pediram capacitação. Não porque não usam IA, mas porque sabem que usam mal, aquém do que a ferramenta oferece, sem método e sem segurança.

Guarde isso, porque diz muito sobre o momento em que estamos. Eram advogados experientes, bem estabelecidos, com bagagem de sobra. O gargalo não era resistência nem ceticismo. Era método.

E, junto com o pedido de capacitação, apareceu a preocupação com governança de dados, que na minha opinião é a conversa mais urgente e menos feita na advocacia brasileira. Porque quando o escritório começa a usar IA de verdade, no volume real do dia a dia, uma pergunta se torna inevitável: o que exatamente está saindo daqui? Qual conta é usada, a corporativa ou a pessoal do estagiário? O contrato do fornecedor permite treinar modelo com o que você envia? Onde ficam armazenados os dados? Por quanto tempo? O cliente sabe? O sigilo profissional, que é dever e não cortesia, sobrevive ao caminho que aquele documento percorreu?

Escritório que responde a essas perguntas antes de escalar o uso ganha tempo com tranquilidade. Escritório que responde depois costuma descobrir o problema pela pior via possível.

## **O olhar humano não é discurso de consolo**

Saí do almoço com a impressão de que "preservar o olhar humano" virou uma frase de conforto, algo que se diz no fim das palestras para acalmar a plateia. Não é.

O olhar humano é a parte que responde. É quem assina a peça, quem senta na audiência, quem olha o cliente e diz o que precisa ser dito. A IA escala a produção jurídica, e escala mesmo, com um ganho que quem experimentou com método não quer mais devolver. Mas ela escala produção, não julgamento. Confundir as duas coisas é o erro que vai custar caro para uma parte da advocacia nos próximos anos.

A boa notícia é que isso não se resolve com mais tecnologia. Resolve-se com processo, com regra clara sobre o que pode e o que não pode, com registro do que foi feito e com gente treinada. Tudo coisa que se aprende.

E fico com a pergunta da plateia, agora devolvida a você: qual é, hoje, o ponto exato em que você ainda consegue explicar, conferir e assumir tudo o que sai do seu escritório?